



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - CARF			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0193/16	DATA: 31/03/2016	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h01min	TÉRMINO: 11h53min	PÁGINAS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação dos requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Há palavras ou expressões inaudíveis.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante suposto pagamento de propinas para manipular os resultados dos julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 6ª Reunião Ordinária desta Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Foi pedida a dispensa pelo Deputado Izalci.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, coloco a ata em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente. Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Eu peço a atenção dos Srs. Deputados.

Na terça-feira, nós fizemos uma reunião dos nossos assessores e do nosso Relator com o Procurador Frederico para analisar qual material viria para a CPI. Ficou acertado que hoje, às 15 horas, iremos apanhar o material que achamos necessário vir para cá, porque há muito material que não será consultado, por ser de expediente, vamos dizer assim. Então, nossos consultores irão ao Ministério Público Federal às 15 horas e trarão esse material.

Eu queria propor, Deputado Arlindo Chinaglia, que na terça-feira nós fizéssemos uma reunião reservada do Promotor Frederico apenas com os Srs. Deputados.

Na reunião de trabalho que nós fizemos com o Promotor, avançamos em algumas conversas que não nos foi possível realizar naquela reunião aqui. Eu acho interessante nós socializarmos essa discussão, porque nós temos um número muito



grande de requerimentos e constatamos que alguns requerimentos que estão aqui não estão sendo investigados nem pelo Ministério Público, nem pela Polícia Federal.

Eu gostaria, nessa reunião, que todos os Deputados se convencessem da permanência ou não desses requerimentos. Senão, eu vou ficar aqui fazendo a defesa de requerimentos, e esse não é o meu papel.

Estamos combinando uma reunião para terça-feira, às 11 horas, para não coincidir com a Ordem do Dia e não haver problema com a jurisprudência criada ontem. Eu sempre presidi sessões de Comissões Permanentes, e a Ordem do Dia não atrapalhava as reuniões não deliberativas, mas ontem surgiu uma decisão que precisamos observar. Então, a princípio — estou combinando com o Promotor — está marcada reunião para terça-feira, às 11 horas.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, ao parabenizá-lo pela iniciativa, eu queria ponderar com V.Exa. — é claro que a opinião dos demais pares seria importante — que está havendo uma coincidência infeliz, em que pese a importância desta CPI, entre o horário de funcionamento desta Comissão e o da Comissão do Impeachment. Seria muito desagradável marcar, por exemplo, para terça-feira, às 9 horas? Seria algo possível, na opinião de V.Exa. ou não?

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Haverá sessão deliberativa na segunda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Depende do Plenário. Se marcarmos para as 9 horas, será às 9 horas.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Não há problema. Acho até melhor, Sr. Presidente. Concordamos, porque na segunda-feira já haverá sessão deliberativa e, com certeza, haverá quórum suficiente na terça-feira aqui.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - De acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - O Relator não pode. Mas o Relator já participou dessa reunião. Basicamente, aquela reunião feita comigo e com o Relator será feita com todos os Deputados. Eu gostaria de socializar a discussão, com a presença do Promotor, para não ficar naquilo de que “*eu ouvi*”, “*eu passo isso*”.

V. Exa. pode que horas, Sr. Relator?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mais tarde um pouco.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mais tarde um pouco. Então, eu vou compatibilizar essas questões.

**O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Sr. Presidente, concordo com a proposição de V.Exa. Eu estava preocupado, em que pese a competência e a capacidade do nosso Relator, com a nossa eficiência diante de tantas convocações. Eu acho que deve haver um critério racional, e o primeiro ponto para um critério de priorização dessas convocações deve ser precisamente esse: qual o grau de envolvimento dessas empresas, em termos do processo que está em tramitação? Acho que o nosso papel aqui é aprofundar a questão e contribuir para o processo, e não abrir novas janelas de discussão que nós não vamos conseguir fechar a tempo e a hora.

Então, eu queria, desde logo, concordar com a proposição do Sr. Presidente e pedir que a reunião seja o mais tarde possível na manhã de terça-feira, por conta dos voos, já que nós viremos de mais distante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas na segunda-feira já haverá sessão ordinária deliberativa do Plenário. Então, V.Exas. terão que estar aqui para não levar falta.

Muito bem, vamos à Ordem do Dia.

Antes, um esclarecimento. Eu usei o critério para pautar os requerimentos da seguinte maneira: nós pedimos à nossa Consultoria para levantar os convocados que tinham o maior número de requerimentos. Assim fizemos a nossa relação. O primeiro requerimento da pauta é igual, do item 1 ao 7, são autores diferentes, mas a pessoa convocada é a mesma. A mesma coisa aconteceu em relação ao segundo, ao terceiro, ao quarto. Esse foi o nosso critério.

Há sobre a mesa 40 requerimentos de preferência, e nós teríamos que votar um a um. Eu queria sugerir aos Srs. Deputados que nós iniciássemos, de acordo com o nosso critério para pautar, e eu darei oportunidade a todos os autores para encaminharem seus requerimentos, para que tenhamos um entendimento quanto a convocar ou não essa pessoa. Nós iríamos até o quinto ou o sexto item, talvez, e deixaríamos o restante para a reunião que faremos com o Promotor.

Tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.



**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu queria ponderar, frente às circunstâncias de um longo trabalho desta CPI, dado o grande número de requerimentos hoje e à reflexão que todos nós já estamos fazendo — e V.Exa. propôs um encaminhamento inicial apropriado —, até por cautela, que aprovássemos hoje todos os requerimentos envolvendo pessoas e/ou empresas e/ou outros que já estejam sabidamente envolvidos e traduzidos na forma de investigados ou investigadas. Por quê? Eu creio que essa iniciativa que V.Exa. tomou de marcar para terça-feira poderá, inclusive, nos dar um pouco mais de foco na continuidade de outros requerimentos.

Então, sem prejuízo do seu encaminhamento, se nós nos concentrássemos hoje naqueles casos que queremos sabidamente ouvir e/ou aprofundar a investigação, talvez esse fosse um caminho mais sólido. A partir de terça-feira nós teríamos mais elementos para cada um de nós formatar opiniões frente a todos os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, eu acho que seria uma boa prática se nós tivéssemos um momento preliminar para discutir critérios, na linha proposta pelo Deputado Arlindo Chinaglia.

Por exemplo, na etapa institucional, o importante é adotarmos uma lógica, uma linha de investigação, métodos e critérios. São 270 requerimentos. Por exemplo, em relação aos requerimentos que solicitam transferência de sigilo e documentação, eu acho que nós deveríamos avançar. Na fase institucional, ficou uma lacuna clara no depoimento do Presidente do CARF, porque quem fez as auditorias foi a Corregedoria do Ministério da Fazenda. Então, dentro de uma lógica de linha de investigação, nós precisaríamos suprir essa lacuna e, de acordo com a linha proposta pelo Deputado Arlindo Chinaglia, diferenciar claramente. Hoje, um dos grandes jornais da imprensa brasileira noticiou que a Procuradoria denunciou um determinado banco, enquanto outros bancos já têm pronunciamento da Justiça dizendo que não são investigados. Então, faríamos a diferenciação, até para darmos *“a César o que é de César”*. Estou ainda fazendo a leitura do relatório da CPI do Senado, que é muito volumoso. Há determinada montadora sobre a qual há muitos



indícios; já sobre outras, não, já ficou caracterizado que foram achacadas e não entraram no esquema criminoso.

Então, como eu tenho dito aqui, esta CPI deve ter transparência total e não blindar ninguém que não mereça ser blindado, mas ao mesmo tempo não deve misturar o joio com o trigo, deve caracterizar bem.

O que me preocupa na proposta do Deputado Arlindo é saber qual o critério. Eu até estou apresentando requerimento ao Ministério Público e à Polícia Federal — mas que já é uma iniciativa que a Mesa tomou — para separar o joio do trigo. Afinal, quem foi citado e já foi excluído por falta de evidências e indícios, e quem está efetivamente sendo investigado?

Então, se fizéssemos uma discussão no atacado e criássemos uma convergência, um consenso, ficaria mais fácil abordar o varejo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu estou entendendo a posição de V.Exas.

O critério que nós encontramos foi o seguinte. O primeiro a ser convocado aqui, de acordo com esse requerimento — se aprovado, ele virá —, é o Sr. Alexandre Paes dos Santos. Existem sete requerimentos. Ele é um dos que estão citados. Então, o que eu queira propor? Todos os autores de requerimentos teriam oportunidade de fazer o encaminhamento dos seus requerimentos. E aí nós tomaríamos uma posição...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Fundamentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - ... fundamentada.

O segundo requerimento é para convocar o Sr. Guido Mantega — eu vi algumas justificativas — não porque ele esteja envolvido, mas porque ele foi Ministro do Ministério ao qual o órgão investigado é ligado. Então, ele nos daria muitos esclarecimentos, porque ele está sendo convocado. Dificilmente um Ministro desse período em que o CARF está mais envolvido deixará de vir aqui para nos ajudar. Eu acho que seria uma grande oportunidade, desde que o Plenário, naturalmente, assim entenda.

O terceiro requerimento é para convocar o Sr. Luís Cláudio Lula da Silva. Eu acho que ele terá uma grande oportunidade de esclarecer os fatos, até porque o



próprio delegado disse aqui que o que foi recebido não tem nada a ver com o CARF. Aí nós, já com as informações do delegado, decidiríamos.

Então eu acho que é um critério correto. Eu gostaria de pedir aval do Plenário, para que começássemos a discutir pelo menos o primeiro requerimento. Depois, veríamos se é esse mesmo o caminho.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, eu queria só fazer uma ressalva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Vejam bem, um convocado sobre o qual há sete pedidos aqui é algo que foi...

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

Depois falará o Relator.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Eu quero dizer que a atitude de V.Exa. é correta, porque V.Exa., como engenheiro, atua com estatística. Ou seja, uma maior quantidade de requerimentos significa dizer que são aquelas pessoas que este Plenário julga mais importantes. Mas eu também queria que V.Exa. levasse em consideração que existem algumas pessoas fundamentais para o esclarecimento de fatos, como, por exemplo, o Antônio Lisboa Cardoso, ex-Conselheiro do CARF, ligado ao Ministério da Fazenda, que inaugurou o voto divergente no caso da Mitsubishi. Já está comprovado que essa montadora deu 50 milhões de reais de propina.

Então, essa pessoa seria fundamental para o esclarecimento disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois é.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - É um exemplo que eu estou dando, como o José Ricardo, que figura como um dos chefes da organização criminosa, que também é ex-Conselheiro do CARF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Antes de passar a palavra ao Relator, sugiro avançarmos em alguns requerimentos e deixarmos para a reunião da terça-feira, que vai ser reservada, uma pauta montada para a próxima quinta-feira.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Pode ser.



**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Está com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Eu peço licença ao nobre Relator. Serei rápido.

Acho que poderíamos aprovar os requerimentos em bloco e depois usar o critério deliberado por esta Comissão, a partir da prioridade. Foi feito isso na CPI da PETROBRAS, e eu acharia mais conveniente, para não prejudicar os Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É exatamente o contrário do espírito do que foi falado antes.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu concordo, Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, com todo o respeito ao critério adotado por V.Exa. sobre as quantidades de requerimentos, vejo que as pessoas que têm um maior número de requerimentos obtêm mais atenção dos nobres pares aqui.

Isso abre um precedente muito grande, porque pode ser que, daqui para frente, usando esse critério, vários Parlamentares...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não, esse critério é só para hoje. Aí não dá! Se todo o mundo se unir, não dará mais. É só hoje.

Na terça-feira, nós faremos uma pauta de acordo com a reunião que nós fizemos aqui.

**O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado Pedro Uczai.

**O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Mantendo-se esse critério e, ao mesmo tempo, aperfeiçoando os critérios que V.Exa. defendeu, acompanho o que disse o Deputado Pestana acerca da importância de se verificar quem é alvo de citações e tem indícios. Deve-se separar o joio do trigo, na expressão do Deputado, porque, por exemplo, os representantes que aqui estiveram excluíram qualquer relação do filho do Presidente com o CARF.





Conseqüentemente, mantendo-se esse critério, aceitamos que se mantenha nesse tipo de requerimento a não convocação quando não há indícios. O Ministério Público e a Polícia Federal não identificaram nenhuma relação dele com o CARF.

Portanto, nessa esteira, concordamos com o critério do Deputado Pestana de separar aqueles que não foram citados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas, Deputado, só um esclarecimento.

Quando eu coloco aqui em ordem, não necessariamente será aprovado.

Eu disse para o Deputado Arlindo ainda há pouco que não podemos deixar isso acontecer. Se já foi dito pelo delegado e pelo promotor que uma coisa não tem nada a ver com a outra, não se aprova; reprova-se. Assim, deixa-se de sangrar o cidadão.

O chato é deixar esse requerimento aqui parado por muito tempo! Já que eu tenho essa informação, eu a submeto à apreciação, e nós daremos o encaminhamento “sim” ou “não”. Se for “não”, será melhor para o cidadão. Esse foi o nosso pensamento.

Agora, esse critério que nós estamos usando aqui foi até uma surpresa para o Plenário. Vamos pegar todo o mundo. Agora, se eu contiver a regra do jogo, todo o mundo vai querer fazer dez requerimentos. Isso não será possível.

Portanto, para terça-feira nós estamos costurando uma reunião reservada com o Procurador, porque foi muito boa a reunião que eu e o Relator tivemos com ele.

Então, nós teremos condições de montar uma pauta e poderemos aprovar, conforme sugeriu o Deputado Wellington, em bloco, já que haverá consenso.

**O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Respeitando a posição de V.Exa., eu não acho que sejam mutuamente excludentes os critérios.

Nós poderíamos respeitar o critério que V.Exa. propôs de frequência, ou seja, os mais frequentes para hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Isso.



**O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Ou seja, os mais frequentes teriam prioridade no debate e na votação e, entre os mais frequentes, se eventualmente aparecer alguém que não tenha nenhuma citação e não esteja sob investigação, nós deixaremos para discutir depois da reunião privada de terça-feira.

Eles não são mutuamente excludentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Quando chegar o requerimento, V.Exa. confirma isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Então, vamos seguir.

Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer uma argumentação em relação ao que o Deputado Pedro acabou de dizer sobre o filho do Presidente Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Eduardo Cury, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Eu concordo com o encaminhamento, mas não com a justificativa.

O que o Procurador disse é que ele ainda não terminou a investigação em relação ao nome dele, mas eu concordo que ele não deva ser objeto ou prioridade agora, porque vou na linha do que falaram o Deputado Chinaglia e Pestana: devemos priorizar a convocação daqueles sobre os quais já existem indícios fortes de investigação.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente, compreendo perfeitamente a ansiedade de V.Exa., que quer destravar a Comissão. É preciso que ela seja destravada. Para isso, há necessidade de se fazer reunião na qual busquemos critérios preliminares.

Lembro-me de que, na CPI do Banestado, pela primeira e única vez, ouvi o hoje muito na moda Juiz Sérgio Moro. Ele participou daquela força-tarefa, que investigou desvios que saíram do País por Foz do Iguaçu. Naquela ocasião, ele disse uma coisa que pode se aplicar aqui: se há provas, apurem-se agora; se há indícios, vamos procurar as provas.



Então, seria uma maneira criteriosa iniciarmos exatamente com aqueles em relação aos quais já há indícios, provas e denúncias fortes, ao tempo em que se aguarda a informação sobre o restante.

É uma sugestão que eu quero fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Acho que nós não devemos blindar ninguém aqui. Não é esse o objetivo desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Heráclito, vamos seguir a pauta.

Os itens que o Plenário achar que devem ser retirados de pauta, nós os retiraremos de ofício. Não há problema nenhum.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, acho que está ótimo, mas peço à Presidência e à Relatoria que organize um outro bloco de votação para os requerimentos de documentação. Sabemos o trâmite burocrático que há, e as solicitações e requerimentos de documentação e quebra de sigilo estão no final.

Por isso, facilitaria o trabalho da Comissão e do Relator se antecipássemos que não são oitivas, são pedidos de documentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Ótimo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Portanto, eu pediria que fossem tratados à parte esses requerimentos de pedidos de documentação, que, às vezes, levam semanas e até meses para chegarem à CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Peço ao Deputado Rubens Bueno que encaminhe o Requerimento nº 3, de 2016. *(Pausa.)*

Como S.Exa. não está presente, vamos ao Requerimento nº 67, de 2016, de autoria do Deputado Carlos Sampaio.

Requerimento nº 84, de 2016, do Deputado Altineu Côrtes.

Concedo a palavra a S.Exa., para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, o Sr. Alexandre até dispensa encaminhamento. Ele é uma pessoa central. Eu diria até que ele é uma espécie de Fernandinho Beira-Mar da CPI do CARF. É um coringa há muitos anos, tem muito a esclarecer. Por isso, é fundamental a sua convocação.



Dizem fontes de informação — isso eu não posso afirmar — que ele quer falar. E acho que é de extrema importância a aprovação desse requerimento para a nossa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado.

Requerimento nº 124, de 2016, do Deputado Izalci.

Concedo a palavra a S.Exa. para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, trata-se também de pedido para convocação do Alexandre, que está envolvido diretamente na questão da propina, na combinação de venda de decisões.

Portanto, eu acho importante a sua convocação, pois é um dos atores principais desse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Requerimento nº 147, de 2016, de autoria do Deputado Joaquim Passarinho.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Sr. Presidente, é um requerimento na mesma linha. Trata-se de uma figura central, e nós não podemos deixar de ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Requerimento nº 249, de 2016, de autoria do Deputado Alexandre Baldy.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Sr. Presidente, da mesma forma, creio que ele dispensa argumentações. O requerimento tem fundamentação suficiente para termos aqui a oitiva do Alexandre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado.

Requerimento nº 264, de 2016, de autoria do Deputado Ivan Valente.

Concedo a palavra a S.Exa., para encaminhar o requerimento.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, acho que o nosso requerimento também reflete a vontade de vários outros Parlamentares, porque o Alexandre é uma das figuras centrais do processo do CARF.

Então, eu peço aos nobres Pares apoio para que possamos obter dessa figura as informações necessárias para a CPI.



Aproveito para dizer a V.Exa. o seguinte: a posição do PSOL nesta CPI é convocar todos. Nós não vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Sim, Deputado. Nós estamos só neste aqui. Depois...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, mas, como já houve uma discussão preliminar aqui, eu queria firmar a seguinte posição: nós vamos convocar todos os que estão envolvidos.

O PSOL aprovará todos os requerimentos, mas peço aos nobres pares que não isentem os responsáveis e os grandes sonegadores que foram lá na CPI do Senado totalmente abafados.

Não vamos tolerar isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem, Deputado. Obrigado.

Em votação os requerimentos. Vamos fazer a votação em bloco, mas citarei requerimento por requerimento.

Em votação os Requerimentos nºs 3, 67, 84, 124, 147, 249 e 264, de 2016, que solicitam a convocação para oitiva do Sr. Alexandre Paes dos Santos.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Solicito ao Deputado Rubens Bueno que encaminhe a votação do Requerimento nº 13, de 2016. *(Pausa.)*

Em apreciação o Requerimento nº 41, de 2016, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia.

Com a palavra S.Exa., para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, é óbvio, por todos os depoimentos que aqui ouvimos, que o Sr. Guido Mantega, no exercício da sua função de Ministro, foi o principal responsável pela composição do CARF.

Isso não significa nenhum prejulgamento da atitude do Ministro Mantega, mas estamos vivendo um momento em que precisamos trazer luzes para a Comissão.

Com todo o respeito, eu acho que a presença do ex-Ministro Guido Mantega poderá trazer informações adicionais àquelas que não nos foram fornecidas pelo



Presidente do CARF, pelo Procurador do Ministério Público Federal e pelo Delegado.

V.Exa. e todos se lembram de que em todos os depoimentos nós parávamos na anatomia das indicações.

E não é só isso: o Ministro Guido Mantega foi responsável por reformulações no CARF, reformulações inclusive de caráter positivo, mas ele tem o diagnóstico do que o levou a fazer as modificações. Ele também poderá trazer sugestões para que nós façamos o que me parece mais importante nesta Comissão, que é buscar um novo modelo para o CARF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Carlos Sampaio, concedo a palavra a V.Exa., para encaminhar o Requerimento nº 63, de 2016. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Altineu Côrtes, para encaminhar o Requerimento nº 87, de 2016.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, a vinda do ex-Ministro Guido Mantega aqui é fundamental para a CPI, por ele ter sido Ministro e haver tantas denúncias que estamos apurando.

Então, considero que é muito importante a vinda dele aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para encaminhar o Requerimento nº 95, de 2016. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Izalci, para encaminhar o Requerimento nº 122, de 2016.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, da mesma forma, quero reforçar aqui o pedido de apoio.

Realmente, o ex-Ministro teve um papel fundamental nas nomeações de todos os Conselheiros. Portanto, é importante aprovar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado Arlindo. Depois, terá a palavra o Deputado Solla.



**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu queria argumentar em sentido contrário, naturalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Obrigado.

Creio que, no início, na primeira sessão, todos decidimos duas coisas: primeiro, não blindar quem quer que seja; segundo, que não façamos da CPI um instrumento para consolidar aquilo que não tem fundamento nos fatos, ou seja, suspeição. No caso do ex-Ministro Guido Mantega, temos uma questão ainda maior. Por quê? Se for pela questão das indicações, vamos chamar aqui as Confederações que indicaram? Nós vamos chamar aqui as organizações patronais que indicaram? Porque, antes de chegar na seleção...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Se houver requerimento, nós submeteremos ao Plenário...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Estou argumentando. Calma, Presidente!

Estou dizendo o seguinte: se esse for o método, isso nos obrigará moralmente a convocar todos aqueles que enviaram nome. Sem nenhum problema.

Agora, no que diz respeito ao Ministro Guido Mantega, diante de tantas denúncias, não há nenhuma contra ele. Portanto, se esse é o argumento, o argumento funciona para que ele não venha neste momento.

Por que quero frisar “neste momento”? Porque ele não está sendo investigado, ele não está sob suspeição. Pode até haver um julgamento político, agora, trazê-lo aqui, quando se discute, entre outras questões, até o *impeachment* da Presidente, creio que tem que haver uma proporcionalidade, uma razoabilidade.

Eu concordo com o Sr. Relator, pois não pode haver um critério só para hoje, Presidente. Nós podemos nos organizar amanhã para começar a convocar quem nós inclusive não achamos razoável, pelo simples motivo de fazer disputa política, o que não priorizamos. Nós priorizamos a investigação e a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Obrigado, Presidente.



Tenho certeza de que tanto a sua condução quanto a condução do Relator vêm ao encontro de que a gente possa transformar essa ação desta CPI numa contribuição efetivamente positiva, não só para apuração e responsabilização de quem cometeu ilegalidades, como também para que possam sair daqui proposições para aperfeiçoar os processos, reduzir a sonegação e evitar o que já foi identificado.

Tenho certeza de que nem o Presidente e nem o Relator desta CPI têm interesse de transformar isso aqui num fórum de disputa político-partidária neste momento. Acho que a gente daria uma sinalização muito negativa para a sociedade se, em começando os trabalhos, trouxéssemos para cá o ex-Ministro Guido Mantega, contra quem — como o Deputado Arlindo Chinaglia colocou — não há qualquer suspeita de participação ou envolvimento.

Não estou dizendo aos autores do requerimento que foi esse o objetivo deles, mas vai-se passar à sociedade, claramente, uma visão de que esta CPI está trabalhando para fazer disputa político-partidária meramente, e tenho certeza de que esse não é o interesse dos senhores.

Da mesma forma que o Deputado Arlindo Chinaglia, não descarto a possibilidade de, mais à frente, a CPI vir a chamar o Ministro para esclarecer qualquer assunto com que ele possa contribuir e que não tenha sido evidenciado nos trabalhos, mas chamar o Ministro agora, neste momento dos trabalhos, é sinalizar para a sociedade que há alguma forma de suspeição que justifique a presença do ex-Ministro Guido Mantega aqui.

Então, quero fazer um apelo aos colegas Parlamentares que apresentaram requerimento, para que pudessem postergar essa discussão. Acho que seria mais produtivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A preocupação geral é ter uma abordagem criteriosa, rigorosa e competente.

Creio até que, inversamente, para proteger realmente o Ministro Guido Mantega, contra quem não há acusação, ele não está sendo convocado na figura de acusado, de investigado, mas como autoridade que tem uma contribuição a dar no funcionamento institucional do CARF, que é o objeto da nossa investigação.





Assim, como eu vou apresentar, verifiquei aqui que não há nenhum requerimento convocando a Corregedoria do Ministério da Fazenda. Então, até para proteger o Ministro Mantega, ele deveria vir neste bloco chamado institucional. O que nós não podemos ter é uma coisa de biruta de aeroporto, uma coisa errática. Há o bloco dos acusados, há as empresas, há os intermediários e há as autoridades que podem ajudar à CPI a refinar seu método de abordagem e investigação. Então eu creio que, neste momento inicial, nós devíamos esgotar, sim, este bloco chamado institucional — eu o estou chamando aqui de institucional.

Ouvimos o Ministério Público, a Polícia Federal e o Presidente do CARF. Eu fiquei escandalizado com a fragilidade institucional do CARF, e deu no que deu. O CARF está retomando a avaliação dos processos, e o Presidente do CARF não sabe o resultado das auditorias do próprio Ministério da Fazenda.

Então, nós devíamos, eu acho, neste primeiro momento, em nome de uma boa prática, ter esse bloco institucional, e aí seria mais confortável ao Ministro Guido Mantega vir nesse momento do que vir depois, junto com pessoas que estão sendo efetivamente investigadas e que participaram do evento criminoso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, por favor.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, só para colaborar, eu acho que o Deputado Jorge Solla não é contra a vinda do Ministro. Então, aqui nós estamos num momento de aprovação do requerimento. Eu acho que poderia haver um acordo de aprovar a vinda do Ministro, não num primeiro momento, como o Deputado Jorge Solla colocou, mas V.Exa. saberá o momento de marcar a vinda do Ministro. Acho que a aprovação do requerimento é unanimidade.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Vou passar a palavra ao Deputado Leonardo Quintão, que se inscreveu. Depois eu passo a palavra aos Deputados Arlindo Chinaglia, Heráclito Fortes e Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Deputados Pedro e Bacelar, eu só quero pedir uma informação. Na nossa reunião anterior, eu mencionei novamente



a falta de informação na Comissão. Quero saber se V.Exa. e o Deputado João Carlos Bacelar já têm as informações, porque as oitivas vão nos ajudar pouquíssimo aqui. Ninguém vai vir aqui para declarar culpa. Todo mundo virá com carinha boa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado, eu acho que cabe um esclarecimento: no início do expediente, eu coloquei que nós fizemos uma reunião com o Procurador Frederico, na terça-feira, às 5 horas, que foi muito proveitosa. Nós vamos trazê-lo aqui novamente numa reunião fechada. Hoje nós estamos recebendo toda a documentação do Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Que bom!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Da Polícia Federal e da 10ª Vara, nós estamos reiterando os pedidos, mas o material da Procuradoria já estará disponível a partir de hoje.

Nós iremos buscar aquilo que é realmente apenas para a CPI. Há aquela outra parte de escuta telefônica que nós não vamos ouvir, a não ser que nós queiramos. Então, na terça-feira, nós estamos analisando essa reunião com o Procurador, uma reunião fechada só com os Srs. Deputados e sem assessores.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - V.Exa. já decidiu qual será a metodologia a que os Parlamentares terão acesso? Eu volto a dizer aqui: alguns colegas não estiveram na última vez que eu falei. A CPI do Senado foi prejudicada porque foi muito restringido ao Parlamentar ter acesso à informação. Por exemplo, eu tenho que ter acesso às informações. O meu assessor... Pode ser um assessor credenciado, mas o acesso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Terá o acesso, sim, mas nesta reunião nós vamos fazer só com os Deputados, sem assessor.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sem problema, Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos encaminhar a votação. Estamos em processo de votação. Depois nós voltamos a este tema, V.Exa. me perdoe.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - O.k., mas eu gostaria de continuar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Dr. Arlindo Chinaglia, já cedi a palavra, mas vou cedê-la de novo em consideração a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu agradeço a sua gentileza. Houve aqui duas propostas. Primeiro a do Deputado Altineu Côrtes, porque eu acho que ele capta um sentimento de se buscar um acordo, mas eu quero traduzir esse sentimento apoiando a proposta feita pelo Deputado Marcus Pestana, porque eu acho que ele sistematizou algo que vai ser útil para toda a CPI, que é nós tentarmos trabalhar por blocos de interesse da CPI. Aí, independentemente de qualquer coisa, nós esvaziariamos essa hipótese de que alguém involuntariamente quer fazer disputa política, colocando, como ele formulou, um convite para que venha institucionalmente o Ministro e outros que aqui a CPI venha a deliberar.

Acho que isso desvia a hipótese da disputa política. Isso traz o Ministro na forma de convite, porque ele vem. Se no debate aparecer qualquer outra coisa, o debate vai resolver.

Então, eu proponho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas, Deputado, só lembro a V.Exa. que fizemos um acordo de procedimento no sentido de que não faríamos convites, mas convocação a todos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Tudo bem. Está claro, mas acho que a proposta do Deputado Marcus Pestana dá conta de traduzir aqui uma preocupação maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pelo que entendi da proposta do Deputado Pestana, nós já aprovaríamos esse requerimento e o outro em seguida, desde que fosse apresentado. Acho que não há o requerimento aqui inclusive. Alguém tem que formulá-lo.

Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente, acho que a proposta do Deputado Marcus Pestana é lógica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas eu quero passar para o encaminhamento, porque nós estamos em período de votação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.



Apresentei o requerimento de convocação da Corregedora. Não é um Corregedor, é uma Corregedora do Ministério da Fazenda. Está aí na mesa. Está apresentado, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Fiz o requerimento em função dos depoimentos. Os depoimentos deixaram claro que ela tem a informação. É uma Corregedora. Seu nome é Fabiana Vieira Lima.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Acho que a sugestão de se colocar o nome do Ministro Guido Mantega para uma segunda etapa é perfeita e atende o desejo da Comissão. Portanto, concordo com a proposta do Deputado Marcus Pestana. Todos nós queremos ouvir e vamos ouvir o ex-Ministro Mantega.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Nós estamos em período de votação. Ou vamos aprovar ou vamos rejeitar.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Exatamente. A minha sugestão é a de que V.Exa. retire esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não. Estamos em período de votação. Não posso retirá-lo.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Como não pode, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não posso.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Mas se houver consenso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Se houver consenso, tudo bem, mas a proposta do Deputado José Carlos Aleluia é a de que incluamos logo a convocação da Corregedora.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Não me refiro à Corregedora. Estou me referindo ao caso do Ministro Mantega, até porque depois ele poderá prestar informações maiores a esta Comissão. Acho que a importância da presença dele aqui, que é necessária, é um pouco mais adiante e não neste primeiro momento.



De forma que acho que V.Exa., que está procurando otimizar esta CPI, poderia muito bem, com a concordância de todos, retirá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pergunto se há acordo para a retirada do requerimento.

Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Só um minutinho, Deputado Jorge Solla. Deputado, depois eu lhe passo a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Sr. Presidente, no item 100, há um requerimento de minha autoria que convoca o Ministro Guido Mantega e também o Sr. Victor Garcia Sandri, Presidente do Grupo Cimento Penha. Eu gostaria que esse item fosse incluído agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas ele está com dois nomes. Por isso que ele não veio.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Melhor deixar para depois? Não quero que ele fique prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não será prejudicado. V.Exa. colocou dois nomes no mesmo requerimento.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Por isso, ele não pôde vir.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Eles têm negócios em comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Sr. Presidente, V.Exa. colocou que haveria um acordo de procedimento que excluía a possibilidade de convite. No entanto, estou aqui com a lista e queria saber se está valendo, no acordo de procedimento, o item 4. Diz ele o seguinte: *“Os requerimentos para oitiva de pessoas devem informar se são convidados ou convocados, além de justificativa*



*para o convite ou convocação. Os convocados devem ser qualificados como testemunhas ou investigados*". No item 10, está dito: *"A Comissão deverá realizar reuniões com momentos distintos para audiências públicas, tomada de depoimentos de convocados e comparecimento de Ministros de Estado"*. Aí podemos estender também para outras autoridades convite ou convocação.

Então, está previsto o convite no acordo de procedimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu sei, mas talvez a interpretação seja a seguinte: os especialistas seriam convidados. No caso do ex-Ministro Guido Mantega, S.Sa. está sendo convocado como testemunha e não como especialista. S.Sa. está vindo como testemunha. S.Sa. é citado na CPI do CARF.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Sr. Presidente, estou propondo que ele seja convidado como ex-Ministro para prestar informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas os requerimentos foram de convocação. Nós decidimos aqui que todos que estão na CPI do CARF serão convocados, para não estabelecermos critério diferente para um e outro, senão vou ter problema aqui. Acho que o tratamento tem que ser igual.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu acho que eu não me fiz claro na minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu entendi de uma maneira e o Plenário de outra.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Alguns entenderam. O Ministro Guido Mantega, que foi um Ministro longevo, não consta como investigado, acusado, nesse caso. Ele está sendo convidado, mas na praxe da CPI a expressão é "convocação". Que fique claro aqui. A minha proposta foi exatamente para proteger, diferenciar e para ter lógica. Há bandidos que assaltaram o Tesouro Nacional e há pessoas que podem ajudar, caso do Procurador da República, do delegado da Polícia Federal e do Presidente do CARF.

Então, eu estou propondo que nesse bloco institucional, até para proteger o Ministro Mantega, porque senão, quando começarmos a investigar aqueles que se locupletaram com o esquema do CARF, ele vai ficar embolado, e a narrativa fica sem nexos. Esse simbolismo não é secundário.



Nós constatamos aqui, se eu não me engano, o Item nº 206, que é gravíssimo e trata da Corregedora do Ministério da Fazenda. O Presidente do CARF falou que não tem a menor noção das auditorias que foram feitas. O CARF está retomando os julgamentos. Quer dizer, os pecados podem ocorrer. A primeira providência para estancar uma sangria é fechar a porta. O Ministro Mantega, com essa característica de convocação/convite...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Qual é o número do requerimento?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Item nº 206. Aí fecharia essa lacuna com o Procurador voltando... Duzentos e trinta e seis? Requerimento nº 236, do Deputado José Carlos Aleluia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - O que V.Exa. propõe é que aprovemos ou não um e depois aprecie o dela?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Isso. Aí organiza o bloco institucional. Esgota isso, e vamos abordar aqueles que se envolveram.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Nós estamos em processo de votação do requerimento.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu só estou fazendo a defesa da aprovação com esse tom e com esses cuidados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos submeter à aprovação ou não. Depois, se houver acordo do Plenário, nós traremos esse item para o terceiro item da pauta. Pode ser assim?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu votaria a favor do requerimento formulado da maneira como o Deputado Marcus Pestana nos explicou, mas implicaria num compromisso coletivo de que o Ministro viria num dado momento, de forma criteriosa, a convite/convocação, num bloco institucional para nos explicar tudo aquilo que for perguntado, mas — digamos — sem confundi-lo como mais um de uma quadrilha.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, quero dizer que eu concordo com a forma como o Líder Chinaglia e o Líder Pestana apresentaram. Evidentemente, ninguém está querendo colocar o Ministro Guido Mantega... Aliás, não tenho nenhuma informação que desabone a sua conduta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deixe-me só fazer uma observação. O Presidente do CARF veio aqui e foi muito respeitado e elogiado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - E, na minha opinião, ficou claro que ele não tem nenhum envolvimento com o processo, embora tenha presidido. V.Exa. lembra que eu fiz questão de perguntar ao Ministério Público se ele tinha envolvimento. O Procurador foi muito claro. Ele não tem envolvimento. Ele é um homem que está acima de qualquer acusação. Eu entendo que essa pode ser a posição do Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - E nós não vamos permitir aqui — naturalmente, não vou censurar nenhum Deputado — nenhum desrespeito a nenhuma pessoa que venha aqui. Isso não faz parte da Câmara.

Então, vamos à votação.

Tem a palavra o Deputado Helder, por favor.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Sr. Presidente e demais membros da Comissão, as ponderações apresentadas pelo Deputado Arlindo Chinaglia são exatamente para nós termos nesta Comissão dois procedimentos importantes: o primeiro é o equilíbrio e a imparcialidade nas investigações; e o segundo para que o foco desta Comissão não se perca nas disputas políticas. Então, é preciso que a gente tenha firmeza e determinação de que o foco principal não é transformar a Comissão em disputa política. Por isso, a proposta apresentada pelo Deputado Marcos Pestana de fato contempla as nossas preocupações. Nós queremos investigar a fundo, sem seletividade e, por outro lado, sem transformar os debates, nesta Comissão, e o processo de investigação, tão importante, em mera disputa política.

Por isso, creio que não há problema em o Ministro vir aqui como convidado para prestar esclarecimentos, como já fizeram outros. Creio que esse encaminhamento poderá ser aclamado por unanimidade nesta Comissão.

Muito obrigado.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Desculpem, eu tenho de citar aqui os requerimento.

Requerimentos de nºs 13/16, 41/16, 63/16, 87/16, 95/16, 122/16.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Item nº 206. Requerimento nº 236/16, do Sr. José Carlos Aleluia, que *“solicita a convocação da Sra. Fabiana Vieira Lima, Corregedora-Geral do Ministério da Fazenda, para prestar depoimento nesta CPI”*.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Aleluia para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, gostaria de subscrever o requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que a convocação da Dra. Vieira Lima não tem nenhuma conotação de envolvimento com o processo. Pelo contrário, ela entrou no processo no momento em que o Ministério da Fazenda entendeu que precisava ter uma Corregedoria. Ela fez um trabalho — não o conheço — no sentido de sanear as coisas. O pedido para que ela venha é exatamente para nos ajudar a elucidar os fatos.

Mais uma vez, gostaria que V.Exa. ficasse com a delegação do plenário para decidir, com ela, se teremos uma sessão totalmente aberta, totalmente fechada ou parcialmente aberta, parcialmente fechada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu queria subscrever o requerimento do Deputado José Carlos Aleluia, até porque a Corregedora-Geral do Ministério da Fazenda, Dra. Fabiana Lima, afirmou que iria pedir nulidade das ações nas quais foram encontradas irregularidades, Deputado Aleluia.

Então, quero subscrever esse requerimento e dizer que é de suma importância, Deputado Pestana, a vinda da Corregedora para nos informar sobre essas irregularidades e sobre, conforme ela anunciou, o pedido de nulidade desses processos irregulares. Isso seria muito útil para esta Comissão.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - O requerimento foi subscrito pelo Deputado Marcus Pestana, pelo Relator, Deputado João Carlos Bacelar, e pelos Deputados Hildo Rocha, Jorge Solla, Joaquim Passarinho, Izalci, Adelmo Carneiro Leão e Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Gostaria de subscrever também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Voltemos ao bloco 3, que começa no item 14.

Requerimento nº 25/16, do Sr. Rubens Bueno; Requerimento nº 40/16, do Deputado José Carlos Aleluia, a quem concedo a palavra para encaminhar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, com relação à convocação do filho do ex-Presidente Lula, para que não se pense que estamos querendo transformar esta Comissão numa batalha meramente partidária, eu peço, se houver consenso, que o retiremos de pauta para apreciarmos em outra oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Tem a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

Deputado Izalci, V.Exa., como autor do requerimento, concorda?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu acho importante apreciar esse requerimento. Acho que nós não estamos aqui apreciando o requerimento do filho do ex-Presidente Lula. Estamos apreciando aqui o requerimento do Sr. Luiz Cláudio, que está envolvido no processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Joaquim Passarinho.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Sr. Presidente, nós não estamos aqui também fazendo nenhum juízo de valor inicial. Não temos nenhum problema de votar agora ou mais tarde.

Nós não queremos retirar simplesmente a matéria da pauta. Fica em pauta, até porque, na fala do Delegado da Polícia Federal, ele colocou que achou muito estranha uma contratação de uma empresa de *marketing* para dar suporte a uma



construção de um centro de convenções no interior de São Paulo. Foi bem clara a posição do delegado. A empresa foi contratada para prestar assessoria para a construção de um centro de convenções. A empresa é de *marketing* esportivo. Então, nós precisamos esclarecer o que foi feito com isso. Pode ser agora, pode ser depois. Para mim, não tem problema nenhum. Posso acompanhar para mais tarde. Para mim, não é problema. Agora, não deixaria de pedir a convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Tem a palavra o Deputado, Sr. Delegado Éder Mauro, autor do Requerimento nº 212/16.

A proposta do Deputado José Carlos Aleluia é que se retire de pauta o requerimento e volte em outra oportunidade.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, eu, em princípio, discordo da retirada. Eu acho que nós temos, sim, que convocá-lo. Ele é uma pessoa comum e não é diferente de nenhuma outra pessoa. O Delegado da Polícia Federal que esteve aqui afirmou que o inquérito que ele responde não está em segredo de justiça. Inclusive, nós colocamos que achávamos estranho, com todos os indícios, ele ainda não ter sido indiciado. Porém, como as coisas não se vinculam — o trabalho da Polícia Federal lá, que está aguardando um retorno do Supremo, e a nossa CPI aqui não estão vinculados —, eu acho que ele deve, sim, ser convocado. Se tiver que ser convocado outra vez para tirar dúvidas, também o será.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. não concorda que seja retirado hoje de pauta?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Não, não concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mais alguém gostaria de encaminhar?

Tem a palavra o Deputado Arlindo, por favor.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu queria ponderar aos demais pares que ontem o Ministério Público Federal publicou as suas conclusões, pelo menos iniciais, referentes a sua investigação.

Como réu, nós temos aqui a lista, não consta o Sr. Luís Cláudio. Como futuro investigado, ele também não consta, ainda que de fato o Delegado da Polícia Federal tenha dito, primeiro, que chamou a atenção, segundo, que não havia ainda a



conclusão. Ele foi citado apenas duas vezes durante esse processo extremamente escandaloso, mas o próprio Delegado da Polícia Federal disse que a questão de medidas provisórias era algo lateral na investigação. Portanto, ainda que ele seja um cidadão comum, o pai dele não é. Portanto, há consequência política, sim.

Eu queria apelar aos pares para que, de forma judiciosa, todos tivéssemos acesso a essas alegações finais do Ministério Público Federal. Na terça-feira, nós teremos condições de falar com o Ministério Público Federal e inclusive colocar isso a limpo. Eu acho que é prudente.

Por que eu estou enfatizando esse tipo de procedimento? Repito e não quero incomodar o Relator. Quero aplaudir, portanto, o Deputado Aleluia. Quero aplaudir todos aqueles aqui que têm demonstrado... E nós também estamos querendo assumir compromissos, como acabamos de votar a favor da vinda do Ministro de uma maneira, eu diria, apropriada.

Então, Sr. Presidente, eu queria apelar ao pares para que, se for necessário, tirar cópias disso daqui até para distribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu gostaria de fazer um apelo aqui aos autores dos requerimentos que não concordaram — os Deputados Izalci e Delegado Éder Mauro — que nós o retirássemos...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - O PMDB concorda com a tirada de pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - ...de pauta. Ele voltará na próxima... Depois da conversa reservada que nós vamos ter com o Procurador. Gostaria de fazer esse apelo aqui ao Deputado.

**O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO** - O Partido Progressista concorda, Presidente.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Peço que fique registrado que o PMDB concorda. Quero parabenizar o Deputado Aleluia pela posição madura para não politizar os nossos trabalhos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Então, vamos retirá-lo de pauta.

Vamos ao bloco 4: Itens nº 20, 21, 22, 23, 24, 25.

Requerimento nº 33/16, do Deputado Rubens Bueno.



Requerimento nº 69, do Deputado Sr. Carlos Sampaio,  
Requerimento nº 98/16, do Deputado Sr. Arnaldo Faria de Sá.  
Requerimento nº 140/16, do Sr. Deputado Izalci.

É o item 23 da pauta.

Deputado Izalci, V.Exa. pode encaminhar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, o Sr. Otacílio Dantas é ex-Secretário da Receita Federal. Sua presença é fundamental para esclarecer essa questão, já que foi Secretário durante tanto tempo e está vinculado diretamente a essa operação. Então, acho natural convocá-lo para esclarecimento. Peço apoio dos pares. Há indício inclusive na operação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Requerimento nº 251, do Sr. Alexandre Baldy. S.Exa. tem a palavra para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Sr. Presidente, julgo extremamente necessária a convocação do Sr. Cartaxo pelos indícios que já estão encontrados nos relatórios da Polícia Federal, para que ele, como ex-Secretário da Receita Federal, ex-Presidente do Conselho, possa estar aqui conosco, esclarecer todos esses fatos e contribuir para que esta CPI possa aprofundar e consolidar o conteúdo necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente para encaminhar o Requerimento nº 262/16.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, nobres pares, o Sr. Otacílio Cartaxo foi Secretário da Receita entre 2009 e 2010 e foi Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF, de 2011 a 2015. Ele é uma figura central do caso e é suspeito de ser um dos principais operadores desse esquema que vem sendo investigado na Operação Zelotes.

Há um agravante ainda. O Sr. Cartaxo teria relações próximas com um dos principais investigados, dentre eles o seu próprio genro, Leonardo Siade Manzan, que é apontado pela Polícia Federal como um dos principais integrantes do grupo suspeito de operar o esquema de venda de decisões.

Então, certamente, esse é um nome importante para as nossas investigações aqui. Por isso, pedimos o apoio dos Parlamentares.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Alguém mais deseja encaminhar? (*Pausa.*)

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Próximo bloco: Itens 26, 27, 28, 29 e 30.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio para encaminhar o Requerimento nº 52/16.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, ao que percebo — peço até escusas aos colegas aqui, porque estava em reunião na outra Comissão processante —, seria necessário que fossem entregues muitos documentos a esta Comissão, para que pudéssemos de fato aferir quem serão os convidados ou convocados. Esta Comissão ainda não tem posse desses documentos. Então, se for possível, peço o adiamento dessa votação até que tenhamos essa documentação em mãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro, para encaminhar sobre o Requerimento nº 215/16.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, solicito aos pares que aprovem o requerimento que requer convocação de uma das pessoas envolvidas em empresas que compraram diversas decisões ligadas ao CARF. A aprovação desse requerimento é de suma importância. Espero que ele também não seja parente do Lula e não venha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado, só para não deixarmos dúvida, quero informar que não se trata de parente do Lula, por favor. Aquele outro requerimento foi retirado de pauta porque nós pautamos os requerimentos por número de solicitantes para aquele cidadão. Se vários autores dos requerimentos desistiram, adiaram, nós entramos num consenso e pedimos a compreensão de todos. Não foi porque é parente do Lula. O Sr. Luiz Claudio tem que ser tratado como Sr. Luiz Claudio.

Vamos manter o nível assim para que possamos...



**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Quero mantê-lo. Tenha a certeza, Sr. Presidente, só há algo que não concordo. Esta é uma CPI para que se apurem fatos criminosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu sei.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Então, não vou concordar com o fato de que sejam aprovados só requerimentos para virem aqui jogar confete nos crimes e nos bilhões que o País perdeu, e as pessoas que devem estar indiciadas não serem chamadas. Aí é brincadeira! Assim não há sentido em fazermos esta CPI!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas esses requerimentos voltarão à pauta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, peço a palavra para defender o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado Ivan Valente.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Foi estranhamente, inclusive!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Só um minutinho. Estou concedendo a palavra para o encaminhamento dos autores.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO** - Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Vai chegar a hora em que nós vamos pedir quebra de sigilo de Deputado!

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Quero fazer um encaminhamento.

**O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO** - Também quero fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Primeiro, são os autores do requerimento.



Deputado Covatti, perdoe-me. Peço só 1 minutinho. Já retorno a palavra a V.Exa.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Pare de provocação, Deputado!  
*(Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - As minhas contas são todas abertas! Pode ir lá consultar. Agora, eu não sei as suas! Eu sou Deputado de primeira vez...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, está havendo agressão entre os Parlamentares. Isso é muito ruim.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Agora, que ele tem 2 milhões na conta ele tem, e tem que vir aqui, sim! Se não vier, não faz sentido esta CPI!

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Sr. Presidente, por favor, vamos parar a provocação aqui, senão não faz sentido... *(Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra Deputado Félix Mendonça Júnior.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - O direito que ele tem de falar eu tenho também! Não pense que eu vou ter medo... *(Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente para encaminhar o requerimento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Nem eu de ti! Não tenho medo de ti! Eu não tenho nenhum pingo de medo nem de você, nem de Lula, nem do PT, nem de ninguém!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Delegado Éder Mauro, peço a V.Exa...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Pare de palhaçada!

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Eles têm que vir! Têm que vir!

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Pare de palhaçada!





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Delegado Éder Mauro, por favor!

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, na base da gritaria não se vai resolver nada aqui, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Claro, claro.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, por favor, V.Exa. tem autoridade aqui. Libere meu microfone. A gritaria está dominando a Casa. Na gritaria, Sr. Presidente, ninguém resolve nada. Temos que ter respeito pelo debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente para encaminhar o Requerimento nº 262, de 2016, de sua autoria.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou explicar por que fizemos esse requerimento. Queria pedir atenção dos Deputados e das Deputadas. O Sr. André Gerdau foi inclusive chamado para comparecer à Polícia Federal para depor em condução coercitiva. Aqui, na CPI, nós queremos apenas convocá-lo. Não sei se a sua condução foi apropriada. Não vou discutir juridicamente isso agora. O problema é que a CPI precisa fazer esse balanço e seguir aquele roteiro que nós estamos traçando: os grandes empresários, pessoas que têm responsabilidade governamental e os intermediários que fizeram o processo.

Acho que seria importante que aprovássemos esse requerimento, porque a Gerdau teria tentado anular créditos de 1 bilhão e meio de reais. E não é só a Gerdau! Não é só a Gerdau. Há um conjunto de empresas, e o valor chega a 19 bilhões de reais. Vamos ter que ouvi-las.

Então, acho apropriado neste momento convocarmos o empresário. E, sem nenhum instinto de caça às bruxas, mas fazendo parte dessa lógica com a qual V.Exa. conduz a reunião, deveríamos ouvir setores que interessam à investigação.

Assim, sou pela aprovação do requerimento.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos terminar de ouvir os autores dos requerimentos.

Com a palavra o Deputado Andre Moura para encaminhar a favor do Requerimento nº 275, de 2016. *(Pausa.)* Não está presente.

Com a palavra o Deputado Covatti Filho.

**O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO** - Sr. Presidente, vou dar uma sugestão aos nobres colegas. Nós estamos seguindo uma linha no sentido principalmente de olhar a instituição CARF e convocar seus ex-Conselheiros, seu ex-Presidente, o ex-Ministro. Eu acho que, da mesma forma que fizemos com relação ao Sr. Luiz Claudio Lula da Silva, filho do ex-Presidente, deveríamos talvez, em outro momento, chamá-lo.

Como disse muito bem o Deputado Carlos Sampaio, estamos procurando as informações, e as informações ainda não chegaram. Acho que poderíamos adiar para a semana que vem o pedido de convocação do Sr. André Gerdau e seguirmos em frente. Temos outros requerimentos que convocam ex-conselheiros, a ex-conselheira-suplente, Presidente da 1ª Turma. Talvez poderíamos seguir nessa linha, pegando esse bloco, e as outras pessoas deixaríamos para a semana que vem ou depois do depoimento do promotor. É uma sugestão.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - V.Exa. ordena depois ou não.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, discordando do Deputado Covatti Filho, eu acho que isso não tem sentido, inclusive os autores do requerimento disseram isso. Houve uma fase da operação exclusivamente sobre o assunto dessa empresa. Eu queria inclui-lo nesta discussão usando o critério anterior, pelo qual o Deputado José Carlos Aleluia trouxe uma pessoa importante, e nós aprovamos. Então, que nós aprovássemos o requerimento de minha autoria, Requerimento nº 80, item 221 da pauta, que convoca o Sr. Jorge Gerdau. São os dois, o filho e o pai, que era o Presidente do Conselho.

Gostaria de propor à Comissão que este requerimento fosse aprovado em conjunto.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. tem que fazer um requerimento de preferência.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu já tenho o requerimento de preferência.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente, eu queria ponderar sobre esse segundo requerimento. Nada contra a convocação do Sr. Jorge Gerdau, só que o requerimento do Deputado Altineu Côrtes diz que ele foi vítima de condução coercitiva.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Eu estou com o requerimento em minhas mãos. Apenas para corrigir.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se está isso escrito no requerimento, existe um equívoco.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Existe, tem que retirar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quem foi vítima de condução coercitiva foi o seu filho, mas o pai foi o Presidente do Conselho.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Pois é, o requerimento diz isso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Obrigado, Deputado. Eu vou corrigir.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - O meu cuidado é porque existe uma impropriedade, e, sendo assim, a solicitação é que se retire e corrija para a próxima reunião.

Com relação ao Sr. André, nós poderemos aqui adotar o mesmo critério que adotamos com relação ao cidadão Luiz Claudio Lula da Silva. Nós temos que esperar informações mais robustas, inclusive para termos condições de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Heráclito, naquela ocasião eu pedi o consenso e houve o consenso. Depois que nós votamos, o Deputado Delegado Éder Mauro expressou-se de uma maneira que foi desrespeitosa com o conjunto da CPI.

Então, eu não farei mais esse consenso aqui, a não ser que o Deputado Éder retrate-se e aceite isso. Não havendo concordância, vai à votação.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Eu concordo com V.Exa., Sr. Presidente, não há de ter mais consenso nisso. Se tiver que chamar, tem que chamar todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Naquela V.Exa. concordou.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente, eu queria concluir. É preciso que se estabeleça se ele vem como testemunha ou como...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - É convocação.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Convocação. Agora, eu sugiro que o Deputado Éder medite sobre isto. Nós não o estamos desconvocando, pelo contrário, estamos apenas fazendo o apelo, já que o outro foi tratado dessa maneira, para que seja feita a convocação quando tivermos aqui mais informações sobre a matéria.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, eu estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu queria ponderar com esta Comissão, porque eu acho que nós devemos ter serenidade e firmeza. Nós estamos iniciando o nosso trabalho. Nós teremos uma reunião com o ex-Ministro da Fazenda, com a auditora, uma nova reunião com o Ministério Público, e o Ministério Público publicou, em suas alegações finais, um elenco de pessoas tornando-as réus. Nessa lista inicial das alegações finais do Ministério Público constam só pessoas, mas hoje há uma notícia em um dos maiores jornais do País, e eu não chequei ainda, que diz que o Banco Safra está sendo objeto de uma denúncia.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Então, em relação ao Banco Safra, já há uma evidência. Se fosse um requerimento sobre o Banco Safra, acho que não haveria nenhum problema em aprovar e apreciar. Vamos aguardar, por prudência, a reunião com o Procurador da República...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado, eu só farei isso se houver uma concordância unânime, senão vai à votação.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Espere aí, Presidente, eu estou com a palavra. Deixe-me concluir. O Luiz Claudio não foi convocado ou desconvidado por ser filho do ex-Presidente Lula e sim porque houve um depósito que não se origina — e o próprio delegado de polícia disse isso — no objeto original desta CPI, que são as operações do CARF. Mas há uma operação exótica, um depósito que foi questionado publicamente e houve uma ilação levantada com a edição de medidas provisórias, que é outro assunto colocado pelo Relator no plano de trabalho. Por isso é que nós postergamos.

Nós não retiramos de pauta simplesmente, e nem o critério é ser filho ou não ser filho de ex-presidentes. Assim também é a questão da Gerdau. Se a Gerdau estiver no mesmo *status* do Banco Safra, nós temos que trazer isso à baila, mas não é o caso.

Então, nós deveríamos aguardar a reunião fechada com o Ministério Público Federal para fazer esse juízo e entender melhor esses indiciamentos que foram feitos, já que o Ministério Público os aprofundou.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu só queria esgotar a fase institucional e fazer a convocação de todas essas pessoas que já são réus e também a das empresas que agora foram indiciadas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, peço a palavra como autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu queria passar a palavra ao Deputado Ivan Valente e, depois, ao Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra também.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, pela ordem!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu queria colocar a seguinte questão: eu acho que a CPI tem que sinalizar para a sociedade o que ela está fazendo. Nós tivemos uma experiência muito negativa no Senado. A CPI do Senado saiu como um abafa, como uma operação abafa, o que eu espero que não aconteça aqui.



Eu concordei, inicialmente, com o Deputado Pestana. Ele colocou um ordenamento de figuras que nos interessa investigar: autoridades, os intermediários e também os empresários — também os empresários. Então, eu peço que nós entremos num acordo, Deputado Marcus Pestana, para que se aprove o requerimento. Eu não tenho nenhum problema...

Qual é a simbologia? É 1 bilhão e meio! Nós temos que falar para a sociedade! E não é só o Gerdau. Eu não estou me referindo só ao requerimento do Gerdau. Esse é o que está aí, mas há outros também: o Santander, a RBS, quem quiser. Eu só queria pedir que ele fosse aprovado.

A preocupação do Deputado Pestana é no sentido de que nós marquemos reunião depois de a corregedora ou outra autoridade trazer aqui novos elementos. Mas podemos aprovar o requerimento agora. Eu acho que faz parte da simbologia que nós temos que adotar nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu entendo que a CPI não é uma corrida de 100 metros, ela é uma maratona, e, portanto, eu acho que nós temos que ter essa resistência e a determinação de investigar.

Eu comentei na reunião passada e vou repetir: nesta fase, nós ainda estamos nos orientando por aquilo que o Ministério Público fez, por aquilo que a Polícia Federal fez, até por aquilo que a CPI do Senado também fez. Mas nós, em algum momento, vamos decidir se nós vamos parar ou se nós vamos continuar. Se depender da minha opinião, naquilo que houver interesse, devemos continuar, e tenho certeza de que é a opinião coletiva.

Neste caso, até para não parecer que nós temos dois pesos e duas medidas, eu queria ponderar a V.Exa. que nos desse a oportunidade terceira, porque, ao colocar o requerimento, ou nós votamos a favor ou votamos contra. Eu não quero votar contra, mas eu não quero aprová-lo agora.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É exatamente a minha posição.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente...



**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu gostaria que V.Exa. submetesse a retirada do requerimento hoje com o compromisso de voltar na próxima reunião.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Quintão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, eu acho que nós estamos nos encaminhando para um bom entendimento, e esta Casa é de entendimento, não é de unanimidade. Eu acho que nós temos que ter o entendimento da maioria. A maioria já concorda em retirá-lo de pauta.

Nós estabelecemos a metodologia, e, como o Deputado Altineu Côrtes encaminhou — o Deputado Altineu é nosso companheiro do PMDB —, há um requerimento de convocação. Nós podemos, na semana que vem, discutir essas convocações, com data marcada, preestabelecida.

O meu encaminhamento, como 1º Primeiro Vice-Líder do PMDB, é que nós nunca tomemos decisão por unanimidade. Vamos tomar pela maioria, pelo acordo. Nós avançamos muito com o Deputado Aleluia, aqui. Havia um requerimento de convocação de uma pessoa que ia politizar esta Comissão, o que eu acho desnecessário. Nós temos que trabalhar tecnicamente, com as informações.

E eu, para concluir a minha fala, acho que, nas oitivas, bandido vai chegar aqui e vai chorar. Ele chega com terno bonito, com roupa bonita, chora, fala que não fez. Bandido você tem que botar na cadeia; não é nem para ter oportunidade de ser ouvido aqui. As provas já foram produzidas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal. É desperdício de tempo nós chamarmos bandido para vir aqui. Nós temos é que condenar bandido o mais rápido possível.

Agora, pessoas de bem, que geram empregos, que pagam os seus impostos, que estão sendo achacadas por esses escritórios de advocacia, nós temos que proteger nesta Casa, porque esta Casa é a casa do povo.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Deputado Altineu Côrtes.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Com todo respeito aos nobres Deputados, nós estamos aqui num momento de aprovação, não de marcação de oitiva. Se esta CPI não aprovar, na minha opinião — minha humilde opinião, e respeito os Deputados aqui, todos os Deputados —, a vinda do Sr. André Gerdau e do Sr. Jorge Gerdau, que foram alvo de uma fase exclusiva da Operação Zelotes, então não tem que aprovar a de mais nenhum empresário!

Adiar para a próxima reunião essa aprovação, ou reprovação, porque temos o direito de reprovar também, eu acho que não tem por que. Nós não estamos marcando a data para eles virem, nós estamos aprovando o requerimento dos empresários que foram alvo da operação, assim como, Deputado Marcus Pestana...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É isso que deve ocorrer...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Deputado Marcus Pestana, eu tenho admiração por V.Exa., pelo conhecimento de V.Exa., mas eu gostaria de dizer que não é só o Banco Safra. O Presidente do Bradesco foi pego numa gravação agradecendo ao Sr. Mário Pagnozzi, que era uma espécie de captador de clientes, pelos seus serviços.

Eu apresentei um requerimento de preferência pedindo a aprovação não só do Banco Safra, mas também do Bradesco, do Itaú. Por que os Presidentes dos bancos que estão sob investigação não podem vir aqui? Não é só o Banco Safra. O Banco Safra foi denunciado agora, o Bradesco pode ser também. Nós não devemos aqui, na minha opinião, ser pautados pelo Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Nós precisamos saber quem está sendo investigado e é réu.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Nós temos o nosso papel. Se nós formos pautados pelo Ministério Público, teremos que chamar aqui só quem o Ministério Público apontar.

Então, eu acho que esse requerimento deve ser apreciado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e peço desculpas aos nossos pares, caso discordem de mim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu estou inscrito como autor.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, o Deputado José Carlos Aleluia, eu quero dizer a V.Exas. que a razão desta CPI é colocar coisas novas. Se nós formos nos deixar pautar pelo Ministério Público ou pela Procuradoria-Geral, não interessa à CPI. Eles já estão fazendo. Então, é alguma coisa nova. E eu quero recordar aqui um grande cientista, René Descartes, que, como pesquisador, dizia que para se chegar à verdade tem que se desconfiar de tudo e de todos.

Nós estamos numa fase de inquérito. Eu não quero que paire dúvida na condução desse trabalho, ou que pensem que eu estou protegendo A ou B. A fase de retirada de pauta já passou. Eu retiro de pauta se houver consenso. Se não houver, nós vamos para a votação.

Deputado José Carlos Aleluia com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, eu aprecio a posição de V.Exa. Agora, uma prática que esta Comissão tem que evitar é a prática do estoque das convocações. Quando eu vim para esta Comissão, e eu não sou um assíduo frequentador de CPIs, vim com uma preocupação muito grande com o estoque de convocações. Nós não queremos que paire dúvida nem sobre V.Exa. nem sobre os membros da Comissão.

Eu acho que nós devemos convocar e implementar a convocação, e convocar no momento certo. Se não há consenso para a retirada, nós devemos rejeitar e apresentar o requerimento no momento próprio. Não há por que nós termos que fazer tudo por consenso. Eu não terei nenhuma dificuldade em votar contra requerimento que esteja fora do tempo para fazer parte de estoque de convocação. Eu votarei contra essa convocação neste momento.

Em seguida, o Deputado Pestana...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado, só para esclarecer: há possibilidade de retirada de pauta, por maioria, se for na hora certa. Como nós entramos em votação, eu só posso retirar...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Não, nós estamos em discussão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Estamos em votação, em encaminhamento de votação. É encaminhamento de votação.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Vejam aqui o seguinte: se nós rejeitarmos, nós não poderemos mais apresentar esse requerimento...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Não, é claro que poderemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - É o Regimento, é regimental.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Eu vou votar pela rejeição, Sr. Presidente. Se não houver entendimento, eu vou votar pela rejeição, porque ele está num momento impróprio. Não é adequado para a sequência da investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Relator e, depois, o Deputado Ivan Valente.

**O SR. JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, eu queria corroborar o que V.Exa. e o Deputado Altineu falaram aqui há pouco e discordar do nobre Deputado Marcus Pestana, por quem tenho extrema estima e consideração. Nós não podemos, Deputado Marcus, trazer para a CPI só quem o Ministério Público indiciar. Hoje foi indiciado o Banco Safra, do Sr. Joseph Safra. Há requerimentos aqui que são do Banco Safra.

Se nós formos pautar esta CPI nessa linha de requerimentos, ela vai ficar sempre a reboque do Ministério Público, e não virá fato novo.

Então, eu quero, com todo respeito a V.Exa., discordar do seu encaminhamento, porque o que foi dito aqui, na reunião de ontem, foi muito grave em relação ao sistema financeiro brasileiro. Foi muito grave, não foi pouco, não, e com provas extremamente contundentes. E eu fui testemunha — eu, o Deputado Pedro Fernandes e o Deputado Alexandre Baldy fomos testemunhas — desse depoimento que houve aqui em cima e do qual V.Exas. não participaram. Foi muito grave. Ou seja, nós não podemos colocar isso debaixo do tapete.

Nós também não podemos ficar só a reboque do Ministério Público. Temos que, sim, aprovar os requerimentos e ouvir as pessoas aqui. Nada contra fazer um estoque de requerimentos, Deputado Aleluia. Temos que trazer as pessoas envolvidas nesse processo de desvio bilionário do CARF no sistema financeiro brasileiro, na Receita.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Sandes Júnior.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas nenhum autor trouxe uma evidência em relação à Gerdau...

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Primeiro, quero dizer que começou a Ordem do Dia; e, segundo, quero cumprimentá-lo pela condução. Eu sabia que V.Exa. era craque, mas nem tanto. E o nosso Relator também, que só fala na hora certa, é outro craque.

Então, eu quero cumprimentar o Relator João Carlos Bacelar e o Presidente Pedro Fernandes pela condução dos trabalhos. Está muito bem conduzida esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - É uma CPI séria, mas, infelizmente, começou a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Ainda não começou a Ordem do Dia.

Deputado Ivan Valente com a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Realmente, Sr. Presidente, se tivesse começado a Ordem do Dia hoje, e não começou, pelo que eu estou sabendo, ficaria muito na cara de novo, porque a Ordem do Dia tem começado nos horários mais impróprios de votações — é sempre operacional. Ainda bem que não, porque eu queria insistir numa questão.

Quero falar, Sr. Presidente, da equidade com que o nosso partido quer tratar as questões aqui. Nós vamos ser equânimes. Nós não temos nenhum problema... Nós podemos aprovar o requerimento e dialogar, dialogar. Eu sou favorável a aprovar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. não concorda com a retirada?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Então, vamos à votação. V.Exa. não concorda?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação o requerimento.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Espera aí, Presidente! Uma questão relevante. É uma questão relevante.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Para uma questão de ordem, Deputado Eduardo Cury.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Sr. Presidente, uma questão relevante: o Relator trouxe uma informação da maior gravidade. Eu queria que isso fosse compartilhado. S.Exa. disse que ele, V.Exa. e o Baldy tiveram acesso a informações gravíssimas do setor financeiro.

Eu sinto uma dificuldade enorme em tomar uma decisão sem ter compartilhado dessas informações. Nós podemos estar tomando decisões equivocadas aqui, ou poupando pessoas, ou, na verdade, injustamente... Eu gostaria que essas informações fossem compartilhadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Eduardo, eu peço...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Essas informações são essenciais. Vamos encaminhar para uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Talvez V.Exa. tenha sido o primeiro Deputado com quem falei... V.Exa. estava chegando e eu estava conversando com...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Todos foram convidados.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu não fui não.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Eu não fui não.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Presidente... Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu acho que são...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos transformar em sessão secreta e V.Exas. relatam isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - São informações sigilosas que não podem ser ditas, mas eu...



**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Mas quem foi o convidado, pelo menos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - ...inicie dizendo o seguinte: como nós fizemos uma reunião de trabalho com o Procurador para pegar o material, nós aprofundamos a conversa, e eu queria socializar com todos da Comissão e marquei para a próxima terça-feira, às 11 horas, uma reunião fechada, para eu não ficar passando por cima...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas isso é essencial para a nossa deliberação...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Isso está claro para mim, Presidente. Então, decisões importantes têm que ser tomadas após essa reunião para que todos tenham as informações...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Isso, claro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - ...e não antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas nós não estamos tomando nada antes aqui.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Estamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não, essa não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Estamos, estamos decidindo requerimentos aqui da maior gravidade...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Nenhum autor falou uma evidência em relação ao Grupo Gerdau. Eu não pesquisei e não sei de nada. O Deputado Altineu falou de um determinado banco, de uma evidência que ele pesquisou. Aí tem um indício, tem uma sustentação. E em relação ao Gerdau, ninguém, pelo menos aqui, e eu não conheço, trouxe uma evidência, um indício...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas, Deputado Marcus Pestana, os autores do requerimento não querem retirar. Se a maioria não concorda, reprova!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu não quero votar contra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Mas a questão, Sr. Presidente, é como eu posso reprovar um requerimento se na semana que vem surge uma informação dessas...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas, se surgir um fato novo, poderá ser apresentado.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Ah, poderá ser...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - O senhor acabou de dizer. O senhor tinha dito que não poderia ser reapresentado. O senhor imagine o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Deixe-me só concluir o raciocínio...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - O requerimento diz que, em se reprovando... A não ser que surja um fato novo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Sr. Presidente, vou só concluir o raciocínio. O senhor acabou de nos orientar que não caberia retirada de pauta, simplesmente rejeitar ou aprovar. Ora, na semana que vem, nós vamos ter uma reunião fechada sobre informações gravíssimas as quais desconhecemos. Rejeitamos agora e descobrimos na semana que vem que há uma informação nova. Então, ou nos dê a possibilidade de adiarmos esses requerimentos importantes, ou, na verdade, nos permita a apresentação depois.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Presidente... Por favor, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Veja só, eu queria ponderar um pouco sobre a situação em que nós estamos com essa decisão. Primeiro, o Relator colocou, e eu concordo com o Deputado que me antecedeu, que tem informações importantes que serão repassadas para o conjunto da Comissão na próxima terça-feira. Segundo, se votarmos contra o requerimento, reprová-lo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não, o que S.Exa. falou aqui, e eu acho que não devia ter falado, mas falou, é do sistema financeiro. Fez referência. Não falou desse caso aqui.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Ou seja, há informações que não sabemos quais são e que serão repassadas para a Comissão na próxima terça. Então, nós não temos todos os elementos disponíveis hoje. Segundo, se nós votarmos e rejeitarmos esse requerimento, nós não vamos poder reapresentá-lo



depois. Eu não sou contra chamar o André Gerdau, mas eu acho que não é o momento de tomarmos essa decisão.

Então, eu queria propor, se for possível, a postergação dessa decisão. Eu acho que nós não estamos com os elementos suficientes para tomar essa decisão neste momento. Mais: eu apresentei um requerimento que ainda não entrou na pauta para quebrar o sigilo. Na CPI do Senado, pelo que eu fui informado, empresários que foram convocados vieram com *habeas corpus* e se mantiveram em silêncio. Não vai ser produtivo que procedamos dessa forma e aconteça a mesma situação. Queria até que o Relator analisasse a possibilidade de, antes, se houver razão e evidências para chamar um empresário aqui, estudar inclusive a quebra de sigilo, para permitir que se tenha informações suficientes a serem analisadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, eu acho que o consenso maior que se poderia ter aqui — até ratificando o que o Deputado João Carlos Bacelar ainda há pouco comentou sobre nós não estarmos aqui para ficar pegando investigação da Polícia Federal, do Ministério Público e ficar só enchendo papel — é o de que nós precisamos correr com uma investigação de fatos novos, realmente. Nós não podemos estar exatamente colados em outras instituições para que o nosso trabalho possa andar.

Então, o consenso maior seria analisar os dois requerimentos, tanto o do Luiz Claudio quanto o do Gerdau. Votaríamos e aprovaríamos os dois agora, sem marcação de data — vamos aguardar a reunião —, ou, então, na terça-feira, trazemos os dois para a pauta e para a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. concorda, Deputado Ivan, em trazer os dois na terça?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, eu quero que ponha em votação o meu requerimento, Presidente, sobre a convocação do Sr. André Gerdau.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Presidente, por favor. Deputado Pedro, Presidente...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu consulto o Deputado Ivan: qual é a evidência que dá substância ao seu requerimento? Eu não alcancei.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu só queria colocar o seguinte: nós também vamos apresentar um requerimento para a Polícia Federal vir aqui, porque, ou se praticou uma arbitrariedade contra o Sr. André Gerdau, ou havia um fato grave. E nós vamos investigar esse fato grave. Nós vamos requerer a Polícia Federal... Nós podemos marcar a data do Sr. Gerdau não para a semana que vem, mas nós queremos aprovar o requerimento já, porque é 1 bilhão e meio que está em jogo. Se ele for inocente... Eu não estou fazendo acusação prévia, eu apenas o estou convocando. É um dever da CPI. A CPI tem que sinalizar para a sociedade.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Deputado Ivan Valente...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Que bom! Que bom, Deputado Ivan Valente! Então, vamos convocar todos.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Deputado Ivan Valente, apenas um esclarecimento: a Polícia Federal cumpriu apenas uma determinação da Justiça. A Polícia Federal apenas a cumpriu. Se alguém tem que ser ouvido é quem deu a ordem de prisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, questão de ordem.

V.Exa. deu a informação. Nós temos vários requerimentos em bloco. Eu faria uma proposta para separar o requerimento do Deputado Ivan Valente, que está irreduzível, e os outros seriam retirados de pauta. Nós votaríamos o requerimento de quem exige que seja votado. Votaremos o dele, os outros ficarão para ser votados depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Serão prejudicados, dependendo da votação.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Presidente, aí não tem jeito, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Alfredo Kaefer.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Presidente, Deputados, eu fui um dos Deputados que esteve nessa reunião, vamos dizer, quase que reservada com o





Procurador Frederico, na qual ele fez uma série de considerações e deu algumas informações importantes. Elas estão nos autos, não são públicas, mas ele se propôs a passá-las a todos os Deputados nessa reunião fechada.

Mas, eu entendo que isso não tem nada a ver com o requerimento que está em voga, até porque ele se baseia em evidências. Há registro na CPI do Senado sobre essa situação da Gerdau, há registros no Ministério Público sobre isso, houve uma incursão da Justiça em cima de um dos diretores da Gerdau.

Então, acho que há elementos suficientes para que se aprove esse requerimento, não obstante ouvirmos depois o Procurador Frederico e darmos continuidade aos demais requerimentos que ainda dependem de mais informações por parte dos Parlamentares. Eu sou a favor da aprovação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado!

Deputado Joaquim Passarinho.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Presidente, nós estamos aqui nessa linha de apuração. Nós somos a favor de todos os requerimentos de convocação, todos, inclusive empresas. Não temos preocupação com a Bolsa. Eu acho que nós temos que ouvir. Se estiver indiciado ou não, é um problema que nós vamos discutir aqui.

A Gerdau foi alvo de uma operação da polícia. Foi claro. Nós não podemos fechar os olhos para isso, como também a Mitsubishi, a CAOA e outras empresas que estão envolvidas. Eu também não tenho nada contra a mudança de data de votação. Eu só não quero é não chamar. Eu não quero é não chamar. Então, pondero se o Deputado Ivan...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Eu sei, Deputado Ivan, eu também. Por mim, eu voto agora, não há nenhum problema, só que não quero é perder agora e não poder convocar depois.

Se nós pudermos retirar, no consenso, assim como eu tirei o do filho do ex-Presidente, o do Sr. Luiz Claudio Lula da Silva... Eu também não abro mão de votar, mas ponderei e aceitei votar em outra oportunidade, na próxima reunião.



Então, Deputado Ivan, pondero pela retirada para não correremos o risco de perder essa convocação, porque eu quero votar. Se for colocado para votar agora, eu voto a favor, porque sou a favor de todos eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou fazer a última consulta.

Deputado Delegado Éder, V.Exa. concorda em retirar?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Na próxima reunião.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Na próxima!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Na próxima reunião, depois da secreta para as informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Ivan, eu faço um apelo para V.Exa. Todos os...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, Presidente. O que vai mudar daqui para a próxima reunião? Explique-me.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - E o que vai mudar daqui para a próxima reunião com o Luiz Claudio? É brincadeira!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Ivan, deixe-me dialogar com V.Exa. Este requerimento entrou porque tinha seis autores.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Cinco retiraram.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas eu não quero retirar. Eu quero votar. Vamos ao voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Nós vamos para obstrução, Sr. Presidente. Verificação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - É um direito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - A sessão vai cair, pela intransigência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - É um direito. É regimental.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Eu não posso aceitar que um Deputado venha impor a vontade dele.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Que impor! É o meu direito. Impor o quê? É um direito.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É regimental.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - V.Exa. vai perder para a maioria.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É um direito.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - PSDB em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Bloco/PMDB em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO** - PP em obstrução, também.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu quero fazer uma declaração de voto.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - PSB em obstrução, Presidente.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Votação nominal, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Votação nominal.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu também queria propor votação nominal, dizendo, antecipadamente, como disse, que nós não votaríamos contra o requerimento, porém, acho que há uma ampla maioria para que esse requerimento volte após a reunião com o procurador.

Em função disso, estaremos em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - É regimental. Eu vou abrir o painel para votação nominal. De ofício, vou fazer votação nominal.

Deputado Arlindo, a obstrução se dará de acordo com a orientação partidária, conforme jurisprudência Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação.



Os Srs. Deputados podem registrar o voto no painel.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, a obstrução não prejudica...

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Haverá rejeição apenas desse requerimento ou de todos?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - A obstrução não rejeita nada.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Mas, ao o rejeitarmos, todos serão rejeitados ou adiados?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Adiados. A obstrução adia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Vejam bem: não havendo quórum, vai cair a sessão.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Então, não se discute se houve aprovação ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Exato.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente, eu quero lembrar a quem estiver no processo de obstrução que não pode marcar nada no painel. O painel da Comissão não tem obstrução. Então, temos que nos ausentar da votação.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Sr. Presidente, V.Exa. tem que orientar os integrantes desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Então, nós vamos fazer o seguinte: quem quiser votar "sim" ao requerimento, o painel está aberto; quem quiser obstruir, como o painel não tem obstrução, deixe de votar. Eu vou dar um prazo de 10 minutos. No final dos 10 minutos, não havendo quórum, eu encerro a sessão.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O PT está em obstrução.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Orientando novamente, o Bloco do PMDB está em obstrução.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - O PR está em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente, eu solicito que se registre que o PSB está em obstrução.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente... Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Posso usar a palavra, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Gostaria de dizer que não fui autor do requerimento, porque já havia vários requerimentos com o nome do André Gerdau. Por isso, apresentei o requerimento com o nome do Jorge Gerdau, que tem de vir a esta CPI também. Aliás, quero dizer que cometi um equívoco quando eu disse que houve a condução coercitiva, porque a *Folha de S.Paulo* e vários meios de comunicação se enganaram no dia e publicaram que o Sr. Jorge Gerdau havia sido alvo de condução coercitiva.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - O Democratas está em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, quero fazer uma consideração sobre a minha forma de agir aqui. Em relação às companhias telefônicas, que são grande alvo do CARF, eu também não apresentei requerimento, porque outros companheiros já o fizeram. Eu considero muito importante que tragamos em bloco também todas as companhias telefônicas. Se nós não trouxermos os grandes empresários que são alvos das investigações, esta CPI vai se esvaziar, Sr. Presidente. Eu tenho certeza de que nós vamos cumprir a nossa responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O PSDB está em obstrução.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Presidente, o PTN está em obstrução.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - É evidente a falta de quórum. Vamos almoçar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não está muito cedo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Para quem acordou de madrugada, não.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - O Representante do PSL está em obstrução, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado José Carlos Araújo, nós vamos aguardar os 10 minutos, para que se torne jurisprudência na Comissão que toda votação seja de 10 minutos.

Não havendo quórum para deliberação, declaro encerrada a votação.  
(Pausa.)

Vou proclamar o resultado da votação: “sim”, 4.

Não houve quórum.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 5 de abril, às 11 horas, em plenário a ser definido.

Muito obrigado.